

A INTERPRETAÇÃO EXTERNALISTA DE KANT¹

ANDRE KLAUDAT

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tão fácil é saber o que um cérebro é
so por olhar o que fazem as mãos

Jose Saramago, *Cadernos de Lanzarote*, 23/01/95

ABSTRACT

The externalist interpretation of Kant allows for a rational reconstruction of what is fundamental to transcendental idealism action Kant resorts to action several times in the Critique of Pure Reason The very notion of "synthesis," which plays a vital role in his philosophy, is presented as a Handlung The externalist interpretation endeavours to explain what Kant means by action in those contexts so as to make philosophical sense of Kant's thought and at the same time to prevent it from being turned into a flawed internalism Whereas internalism struggles to present synthesis as a mental act that is as private as thinking quietly, or even as an unconscious activity, externalism shows that, according to Kant, human knowledge depends on the ability to carry out observable actions that involve human body in a very particular way In this article, externalism will be vindicated in relation to (1) the foundations of Kant's conception of figurative synthesis of transcendental imagination, and (2) the nature of transcendental esquemata in his critical speculative philosophy

1. Introdução

Na "metafísica da experiência" de Kant a noção de ação é fundamental No contexto kantiano da explicação de como

© *Principia*, (1) (1999) 101-138 Published by Editora da UFSC, and NEL — Epistemology and Logic Research Group, Federal University of Santa Catarina (UFSC), Brazil

o conhecimento é possível, a ação esta ligada a “síntese”, esta que é uma designação técnica para o que em alemão é chamado de *Verstandeshandlung*, termo que pode ser traduzido ao português como “ação do entendimento” Cabe, então, perguntar o que Kant entende por uma “ação do entendimento”, pergunta que tem a intenção de nos ajudar a entender o que é a “síntese”

Se atentarmos para o que as palavras “ação do entendimento” normalmente nos sugeririam, acredito que poderemos chegar a uma explicação inicial deste conceito. Ações do entendimento seriam, então, *atos mentais*. Estes poderiam ser concebidos como conscientes, tais como pensar em silêncio, fazer um cálculo de cabeça e conceber mentalmente um plano, ou os atos mentais poderiam ser concebidos como inconscientes, ou seja, seriam atos mentais de nossa responsabilidade, mas dos quais não temos consciência. Não há dificuldades maiores em se falar de atos mentais nestes termos, exceção feita talvez aos atos mentais inconscientes se tivermos objeções filosóficas às teorias psicológicas que os assumem. Também não há dificuldades maiores em se falar desses atos mentais como “internos” ao sujeito pensante ou de conhecimento e vontade. Pode-se chamar de *internalistas* as interpretações do conceito de “ação do entendimento” em Kant que explicam este conceito em termos de atos mentais, sejam eles do tipo consciente ou inconsciente.

A investigação sobre o conteúdo do conceito de “ação do entendimento” tem interesse não somente porque a clareza sobre ele pode ajudar na exegese de teses específicas de Kant. Parece-me também que este conceito é central para as ideias de Kant sobre como o entendimento se relaciona com a sensibilidade *em geral*, de modo a tornar o conhecimento objetivo possível. Este conceito, uma vez melhor esclarecido, promete inclusive uma compreensão mais adequada da

natureza do empreendimento de Kant na primeira *Crítica* como um todo Este último ponto não está, e claro, desvinculado do anterior, pois explicar como o conhecimento objetivo e possível depende de se ter clareza sobre qual é a tarefa filosófica ao se lidar com o conhecimento A respeito disto, permitam-me apresentar o que considero uma obscuridade nas ideias de Henry Allison Espero que isto ajude a esclarecer as motivações que me levam ao externalismo em relação a Kant

Allison ajudou muito a promover a causa da filosofia crítica² Sua interpretação e defesa do Idealismo Transcendental constituem um avanço importante nos estudos de Kant Mas, nem tudo é claro em Allison Vejamos

Allison distingue os sentidos *empírico* e *transcendental* de duas distinções muito importantes em Kant, esta entre idealidade e realidade e esta entre coisas em si mesmas e aparências A explicação do que é a idealidade tomada no sentido transcendental é oferecida nos seguintes termos Em primeiro lugar, o termo “transcendental” faria em Kant referência a “reflexão filosófica sobre a experiência (reflexão transcendental)” Em segundo lugar, a concepção transcendental da idealidade seria a concepção, no nível da reflexão filosófica, do que são “as condições universais, necessárias e, portanto, *a priori* do conhecimento humano”³

Allison havia apresentado anteriormente a explicação da idealidade transcendental das condições da *sensibilidade* humana o espaço e o tempo são *transcendentalmente* ideais “porque eles funcionam como () condições subjetivas e em termos delas somente que a mente humana é capaz de receber os dados para o pensamento e a experiência”(minha ênfase) A esta altura nos devíamos saber que a idealidade considerada *empíricamente* é a propriedade de certos dados de serem *dados privados* de uma *mente individual*, ou aquilo que faz certos dados serem “qualquer conteúdo mental no

sentido ordinario de 'mental'” A “idealidade empirica” pretende caracterizar “o dominio privado de nossas representações” Cabe agora, então, a pergunta no nivel da reflexão filosofica sobre a experiência, no nivel em que se investiga condições universais e necessarias, ou seja, condições *a priori*, qual é o sentido da referência a “mente humana”, as “condições subjetivas” em termos das quais ela pode receber dados para o pensamento e para a experiência? Esta pergunta e apropriada, pois supostamente os itens que são empiricamente ideais são o objeto de estudo da psicologia, mas o que dizer da mente quando ela e mencionada na reflexão filosofica ou *transcendental*?

Allison fala, num outro lugar, que condições *a priori* refletem “a estrutura do aparato cognitivo”⁴ Mas ao mesmo tempo Allison volta a ligar a mente que e investigada pela filosofia com condições necessarias e universais, e assim afasta como inapropriadas investigações evolucionarias e genéticas quando a investigação é transcendental

O problema em relação a Allison e, a meu ver, a indefinição no apelo a mente quando a investigação e transcendental Devido ao fato de ele falar da mente, do aparato cognitivo, da estrutura cognitiva da mente,⁵ quando a investigação e filosofica, e quase impossivel não se tomar estas referências a mente e as suas condições como dizendo respeito as condições *psicologicas* mais gerais ou abstratas para a organização da experiência, cuja pesquisa talvez seja tarefa da filosofia Mas qual e exatamente a natureza desta pesquisa? Allison fez muito para esclarecer que o Idealismo Transcendental e uma posição metafilosofica ou metodologica,⁶ mas e quase impossivel não entender as expressões que ele utiliza de uma maneira psicologica ou mentalista no sentido ordinario Por causa disto Allison parece possuir um ponto de vista *internalista* sobre Kant⁷

As interpretações internalistas de Kant são incorretas devido a duas razões, e serão elas os pontos máximos de disputa neste artigo. Mas, (1) interpretações internalistas são *intrinsecamente* inapropriadas. Estados e processos mentais, concebidos mental ou fisiologicamente, são necessariamente insuficientes para dar conta das consequências normativas que as explicações do significado dos termos possuem. Nas palavras de Wittgenstein, “nenhum processo pode ter as consequências do significado”⁸ Nas palavras de Roberto Torretti, “un simple hecho, por mucho que se reitera, no puede fundamentar una verdad necesaria”⁹ As interpretações internalistas *falham em relação a Kant* porque (2) Kant pretendeu explicar as consequências normativas das regras e princípios que ele investigou. O internalismo não faz justiça ao texto de Kant quando este busca distinguir tão fortemente o nível empírico do transcendental.

A interpretação a ser apresentada aqui propõe mostrar como e porque a noção de “ação do entendimento” em Kant deve ser tomada como exemplificando um *externalismo*, ou seja, pretende-se apresentar uma “reconstrução racional” de uma parte crucial da filosofia especulativa de Kant.¹⁰ Esta interpretação é, admitidamente, wittgensteiniana em espírito e foi apresentada pela primeira vez por Jens Saugstad num artigo seminal.¹¹ Eu procurarei aqui apresentar os fundamentos da interpretação externalista, ou seja, a maneira segundo a qual ela encara pelo menos dois tópicos cruciais, e portanto de maiores consequências conceituais, da filosofia crítica especulativa de Kant. O primeiro tópico será abordado na seção 2 a concepção de Kant da “síntese figurativa da imaginação”. A interpretação externalista promete esclarecer muitas obscuridades nas explicações mais importantes que Kant oferece para esta sua concepção. Esta seção se utiliza de argumentos que se devem fundamentalmente a Saugstad. Um segundo tópico será objeto da seção

3 as teses de Kant sobre o “esquematismo transcendental” Ao longo destas duas seções também serão discutidos brevemente temas como o aspecto “inteligível” do que acontece, o sintético *a priori*, e a determinação transcendental do tempo Eu reconheço que existem textos e posições em Kant que são recalitrantes ao externalismo, mas a interpretação que aqui oferecerei procura fazer sentido filosofico, estar de acordo com o texto de Kant e esclarecer pontos fundamentais em Kant que são de difícil interpretação, e que recebem normalmente explicações mais obscuras do que o próprio texto (um caso de explicação do *obscurum per obscurius*)

O coração da interpretação externalista é formado pela ideia de que para Kant “o conhecimento humano depende, fundamentalmente, da nossa habilidade de realizar um conjunto fixo de ações *publicas* que envolvem essencialmente o movimento do corpo humano”¹² Estas “ações *publicas*” são concebidas, portanto, como ações *externas*, e isto explica o termo “externalismo” Bem, e algo para ser *externo* e estar ao mesmo tempo em relação conosco como sujeitos cognoscentes so pode dizer respeito ao nosso corpo, portanto, ao que *fazemos*, a como *agimos*, ou seja, a como *nos movimentamos* E assim que aparece a referência ao corpo humano na formulação da posição externalista Este ponto contempla isto que é uma condição necessária para algo ser uma técnica, o exercício de uma habilidade, destas que Kant está investigando na primeira *Critica* Portanto, o *rationale* da posição externalista está na ideia de que termos “cognitivos” têm aplicação a comportamentos externos publicos, o que é fundamental na explicação de como o conhecimento humano é possível

Destas observações sobre o externalismo deveria ter ficado claro ao menos que a posição que defenderei em relação a Kant é muito diferente daquilo que se chama de “externalismo” na filosofia da mente contemporânea Neste ultimo

caso, externalismo e uma posição que explica principalmente crenças, pensamentos, etc , e sustenta a tese de que “os conteúdos das atitudes proposicionais de uma pessoa são muitas vezes determinados por fatos externos a mesma e talvez desconhecidos desta pessoa de quem as atitudes são atitudes”¹³ Em geral, o externalismo na filosofia da mente e a posição que sustenta que

aquilo que um falante quer dizer não é determinado somente pelo que está na sua cabeça, o que ele quer dizer depende também da história natural do que está na sua cabeça () Palavras e sentenças derivam seus significados dos objetos e circunstâncias nas quais elas foram aprendidas. Uma sentença que a gente foi condicionado, pelo processo de aprendizagem, a ser causado a tomar como verdadeira pela presença de fogo será verdadeira quando houver um fogo presente, uma palavra que a gente foi condicionado a ser causado a tomar como aplicável pela presença de cobras fará referência a cobras. É claro que muitas palavras e sentenças não foram aprendidas desta maneira, mas serão estas que foram que ancoram a linguagem ao mundo.¹⁴

Os externalistas são muitos e eles têm diferenças entre si (*viz* Putnam, Burge e Davidson), mas é claro que, devido a como eles se concentram em estados literalmente internos e ao papel que dão a causação, eles em geral se distanciam das preocupações de Kant.

Eu espero também que tenha ficado claro que o externalismo que atribuirei a Kant não é a homônima posição epistemológica que sustenta que alguns fatores da justificação epistêmica de uma crença não precisam ser cognitivamente acessíveis ao sujeito, ou seja, eles não precisam todos ser internos a perspectiva cognitiva do sujeito, alguns podem ser externos a esta perspectiva. Eu não tentarei aqui localizar Kant neste debate dos epistemólogos contemporâneos sobre internalismo/externalismo nas teorias da justificação

epistêmica¹⁵ A presente ressalva é importante para mim. Eu de modo algum gostaria de sugerir que Kant sustenta, do ponto de vista do referido debate epistemológico, um externalismo, pois posições deste tipo parecer-me-iam constituir um “realismo transcendental”. O que eu gostaria de fazer aqui é esclarecer, mesmo para quem acredita num “internalismo epistemológico” em relação a Kant, o que significa “condições subjetivas da experiência” quando se diz que Kant defende que o conhecimento objetivo é dependente das condições subjetivas da experiência. O externalismo como eu o apresentei, que acredito ser a posição correta, inclusive sobre Kant, sustenta que estas condições não são psicológicas, mentais num sentido ordinário destes termos, e que portanto o uso destas expressões na reflexão filosófica (transcendental) não são esclarecedoras, pois remetem à compreensão ordinária das mesmas ou a alguma teoria psicológica de cunho cognitivista, o que importa em abdicar do problema filosófico em questão. Allison foi apresentado acima como estando nesta situação. Cabe esclarecer eu acredito que Allison está certo ao defender um “internalismo epistemológico”, mas desta perspectiva há de se esclarecer qual é o significado de “subjetivo”, o que Allison não faz a contento, por isto ele é um *internalista* — agora no sentido de atribuir a estados e estruturas psicológicos e mentais um papel crucial quando procura explicar filosoficamente as condições do conhecimento objetivo. Dizer que condições *a priori* referem-se ao aparato cognitivo é irremediavelmente vago, obscuro, e não satisfaz filosoficamente. Portanto, o externalismo que procuro defender aqui em relação a Kant deve ser entendido unicamente nos termos em que o eu apresento. Espero que até agora o uso do termo esteja claro.

2. A síntese figurativa da imaginação

O topico da “síntese figurativa da imaginação” (ou a “síntese transcendental da imaginação”, ou ainda a “síntese *speciosa*”) e inegavelmente central para o argumento de Kant na Dedução Transcendental (cf Dedução B, B151–2) A visão de Kant de como a imaginação *produtiva* do sujeito cognoscente — faculdade que produz a síntese transcendental — e essencial para a possibilidade do conhecimento apresenta, no entanto, dificuldades a nossa compreensão O externalismo promete explicar esta síntese utilizando-se da noção-chave desta maneira de interpretar Kant ações publicas envolvendo essencialmente o movimento do corpo humano são o que pode explicar a síntese de Kant

Na segunda parte da Dedução (em B, #24), Kant dedica-se a tarefa de conectar o entendimento com os objetos dos sentidos, e para tanto ele insiste na necessidade de uma “síntese figurativa” Na explicação do que é esta síntese, Kant usa um conceito que é crucial no seu argumento o conceito de “movimento, como uma ação do sujeito” Kant escreve o seguinte

Não podemos pensar linha alguma sem a *traçar* em pensamento, pensar circulo algum sem o *descrever*, de modo algum representar as tres dimensões do espaço sem *pôr*, a partir do mesmo ponto, tres linhas perpendiculares entre si, nem mesmo representar o tempo sem, durante o *traçar* de uma linha reta (que deve ser a representação externa figurada do tempo), prestarmos atenção meramente a ação de síntese do multiplo pela qual deteminamos sucessivamente o sentido interno, e desse modo [prestamos atenção] a sucessão desta deteminação no mesmo O movimento, como uma ação do sujeito (não como determinação de um objeto), e, conseqüentemente, a síntese do diverso no espaço, quando deste abstraímos para considerar apenas o ato pelo qual determinamos o *sentido interno* de acordo com a

sua forma, é pois o que produz pela primeira vez o conceito de sucessão (B154-5) ¹⁶

Neste texto Kant apresenta quatro exemplos para nos auxiliar a entender o que é a “síntese transcendental da imaginação” Um exemplo parece indicar claramente que a síntese seria um ato mental por parte do sujeito o exemplo de que para pensarmos uma linha temos que traça-la *em pensamento* Por outro lado, o ultimo exemplo — esta da representação do tempo — parece indicar que o externalismo esta certo sobre o que e a síntese o tempo para ser representado necessita o traçar de uma linha como uma *representação externa figurada* do mesmo ¹⁷ Os outros dois exemplos, o do pensar de um circulo (que precisa ser *descrito*) e o do representar as três dimensões do espaço (que precisa o *por* de linhas em certas direções), não parecem exemplos claros a favor de nenhuma das posições A representação do tempo sera examinada posteriormente (na proxima seção), principalmente o que a condiciona, ou seja, o que e transcendental a seu respeito

A leitura internalista, mentalista, tem que enfrentar dificuldades intransponíveis, a meu ver, na tentativa de explicar as intenções de Kant Este, no paragrafo 17 da Dedução B, havia ja apresentado o exemplo do *traçar* de uma linha, como ilustração de que a necessidade da unidade sintetica originaria da apercepção e “inteiramente independente de todas as condições da intuição sensível” (B137) Kant esta tentando neste paragrafo mostrar que o entendimento, que e indispensavel ao conhecimento, tem um princípio que rege seu uso o princípio da unidade sintetica originaria da apercepção Este principio e absolutamente crucial ele e “uma condição objetiva de todo o conhecimento”, pois e so por estar submetida a ele que a intuição passara a ser um *objeto para mim* (cf B138) O ponto fundamental para mim

neste texto de Kant e que a unidade da consciência esta presente no conceito de uma linha, e esta presente num ato que realiza uma combinação sintetica do multiplo este ato e o ato de *traçar* uma linha, e não de traçar uma linha em pensamento, como texto de B154-5 *pareceria* exigir se nos fiarmos somente no que o primeiro exemplo diz do ponto de vista de sua letra Kant, neste outro texto, liga o *traçar* de uma linha a síntese *a priori*, necessaria ao conhecimento de um objeto determinado, da seguinte maneira

Para conhecer uma coisa qualquer no espaço, por exemplo uma linha, preciso traça-la, e, portanto, realizar sinteticamente uma determinada combinação do multiplo dado, de modo que a unidade desta ação e ao mesmo tempo a unidade da consciencia (no conceito de uma linha) e através disso um objeto (um determinado espaço) e primeiramente conhecido (B137-8)

Este caso, o do *traçar* de uma linha, por oposição aparentemente aquele do traçar uma linha em pensamento, e difícil para o internalismo porque com ele fica muito claro contra esta posição que Kant ao falar de um principio crucial para todo o conhecimento utiliza-se de uma ação *publica*, de uma ação *externa*, pois este *traçar* e um traçar mesmo, literal, como de um risco na areia da praia Kant, e claro, não quer comprometer a independência que a unidade sintetica originaria da apercepção tem em relação a sensibilidade e as suas condições Trata-se aqui de apresentar um principio que e a base da possibilidade do entendimento ele mesmo Como o entendimento e a faculdade do conhecimento, que e a faculdade de *unir* representações de forma a relaciona-las a um objeto (cf B137), o principio da possibilidade do entendimento e o principio da unificação (*conjunctio*, cf B129 e ss) do multiplo, que não e dada através dos sentidos, mas e um ato espontaneo da nossa faculdade de representação

O que é revelador, portanto, e que ao falar de uma combinação que deve ser referida a uma faculdade como o entendimento, com a sua espontaneidade e independência dos sentidos, Kant se utilize, numa ilustração de combinação sintética, do *traçar* de uma linha (cf também B292 sobre a representação figurativa do tempo como uma linha, e sobre o papel na representação da alteração do desenhar da linha como *movimento*) Kant escreve exatamente sobre isto na seguinte passagem

Pois a fim de que nos possamos posteriormente tornar as alterações interiores igualmente pensáveis, nos precisamos representar o tempo (a forma do sentido interno) figurativamente como uma linha, e a alteração interior através do traçar desta linha (movimento), e assim deste modo através da intuição externa tornar compreensível a existência sucessiva de nos mesmos em diferentes estados. A razão para isto é que toda alteração, caso ela deva ser percebida como alteração, pressupõe algo permanente na intuição, e que no sentido interno não encontramos nenhuma intuição permanente¹⁸

Alem disto, contra o internalismo, é claro que na medida em que a combinação sintética é fruto da espontaneidade da nossa faculdade de representação, ela é fruto de algo não condicionado. Mas atos mentais de um sujeito, estes postulados pelo internalismo – como o traçar de uma linha em pensamento – devem certamente ser concebidos como eventos empiricamente determinados, que normalmente são concebidos como objetos, mas objetos do sentido interno. Estes últimos não devem, no entanto, ser confundidos com as representações como objetos da apercepção transcendental, ou seja, como representações que são componentes de juízos de percepção sobre as coisas e os eventos (cf A189–90/B234–5). Estas últimas têm a ver com a representação de

coisas, e não são portanto meros estados mentais. As representações da apercepção transcendental precisam “ir para além de si mesmas”, elas precisam ter o caráter *novo* de estarem “em relação com um objeto” (cf. A197/B242–3). Isto deixa claro aos meus olhos que Kant não pretende fazer a síntese depender do que é dado empiricamente, nem mesmo algo, um evento ou processo talvez, que tem lugar *internamente* num sujeito empírico. Mas se fica claro, ao menos neste caso, que Kant está falando de uma ação de síntese que é uma *ação do entendimento* — uma ação necessária para um entendimento como o nosso (que só pensa e para o qual o múltiplo deve ser dado, cf. B139) — a alternativa acertada poderia parecer ter que ir numa direção radicalmente especial: a síntese não poderia ser qualquer movimento no espaço. Esta alternativa foi assumida por Friederich Kaulbach.

Para este filósofo, o conceito de “movimento, como uma ação do sujeito”, este que aparece no texto de B154–5 e que procuramos esclarecer, deve ser entendido como fazendo referência ao movimento de um sujeito transcendental, mais precisamente, ao movimento de sua *mão transcendental* [sic]. Não estaríamos aqui lidando com o “trabalho empírico de uma mão que desenha”, mas com “uma mão transcendental que produz o movimento transcendental” do desenhar.¹⁹ As obscuridades em torno do sujeito transcendental em Kant são conhecidas, mas o que dizer de uma *mão transcendental*? E de um *movimento transcendental*? Aqui estamos frente a frente com o *obscurus*.²⁰

A interpretação externalista oferece uma terceira via para entendermos o conceito de “movimento, como uma ação do sujeito”. Para o externalismo, este movimento “faz referência a ações públicas que envolvem essencialmente o movimento dos nossos membros”.²¹ No exemplo do traçar de uma linha, estamos frente a um caso, segundo o externalismo, de movimento corporal da mão por exemplo. E

esta a interpretação para a qual se oferecera uma justificação a seguir

Em primeiro lugar, Kant esclarece numa observação entre parênteses que o movimento que é uma ação do sujeito não é “uma determinação de um objeto” (B155). O que Kant está querendo dizer com isso ele explica numa nota

O movimento de um objeto no espaço não pertence a uma ciência pura, e conseqüentemente não pertence a geometria. Pois o fato de que algo é movível não pode ser conhecido *a priori*, mas somente através da experiência. O movimento, no entanto, considerado como a descrição de um espaço, e um ato puro da síntese sucessiva do múltiplo na intuição externa em geral por intermédio da imaginação produtiva, e pertence não somente a geometria, mas também a filosofia transcendental (B155n)

A primeira coisa a notar é que “uma determinação de um objeto”, esta que *não* é ação do sujeito, tem a ver com o movimento de um objeto no espaço quando este não pode ser conhecido *a priori*. Kant quer, portanto, marcar uma diferença entre um mero movimento de um objeto no espaço, o que é objeto de um conhecimento *a posteriori*, e o movimento que é a *descrição de um espaço*. Esta distinção parece fundamental para Kant, senão por que haveria Kant de querer fazê-la tão explicitamente? Mas qual é a intenção de Kant ao fazer esta distinção? Segundo o externalismo, que não devemos tomar o movimento, como uma ação do sujeito, como algo mental, interno. Vejamos

Supõe a descrição de um espaço através do desenho de uma figura geométrica plana, feito pela mão de um indivíduo numa folha de papel. Ora, o desenhar desta figura pode ser julgado empiricamente, e deste ponto de vista, ele será do mesmo tipo que o movimento de outros objetos no espaço. É neste ponto que Kant faz a distinção que lhe interessa

em primeiro lugar, fica claro que se o movimento, como ação do sujeito, fosse algo mental, interno, Kant *não* precisaria distinguir os *movimentos* como ele faz na nota, pois algo mental, interno, não é facilmente confundido com o mero movimento de um objeto no espaço

Alem disso, e em segundo lugar, nem Kant nem ninguémalaria de atos mentais como movimentos. Kant mesmo é claro sobre o que é o movimento, a saber, alteração de lugar (cf. A32/B48). Como *lugar* é uma noção espacial, e o que é mental e *interno*, ou seja, não-espacial (cf. A33/B49-50, onde Kant fala da intuição interna como não tendo forma espacial), é muito difícil acreditar que Kant esteja querendo prevenir uma confusão do interno, do não-espacial, com o que é claramente espacial, isto é, o movimento. O ponto é que Kant apresenta a nota com um certo objetivo, e este não pode ser o de promover a causa do internalismo.

Em terceiro lugar, o objetivo de Kant com a nota só pode ser o seguinte, segundo o externalismo. Como foi frisado, o movimento de um objeto físico no espaço e o movimento corporal na descrição de um espaço podem ser considerados como pertencendo a um mesmo tipo, de um certo ponto de vista. Ambos são *movimentos* que podem ser observados. Mas, de um outro ponto de vista, há uma diferença muito importante entre os dois. Somente o movimento que é a descrição de um espaço e uma ação levada a cabo por um agente humano. Portanto, o que Kant pretende com a expressão "ato puro", que aparece na nota, é designar este aspecto ativo e humano, ou seja, este aspecto do *fazer* de algo, o aspecto da performance ou desempenho por parte dos seres humanos.

Devemos notar, além disso, que o movimento como uma ação do sujeito é dito ser de fundamental importância e interesse para a filosofia. Kant só pode estar querendo ressaltar um *aspecto* do movimento que, não obstante, não

deixa de ser movimento fisicamente falando Segundo o externalismo, o movimento que e o alvo de Kant são, por exemplo, “os movimentos corporais envolvidos em ações públicas familiares através das quais nos produzimos figuras físicas”²²

Pode parecer que a insistência da posição externalista no papel do corpo — que se deve a que ações têm que ser movimentos, têm que ser públicas (possivelmente) — ira transformar as condições *transcendentais* que Kant esta investigando em meros acontecimentos ou eventos físicos E a esta altura que a posição externalista explicara o que se pretende com *ação* neste contexto

Quando Kant, na nota que nos ocupa, fala de um “ato puro”, ele não esta apelando a algo que esta fora da ordem dos acontecimentos naturais, a algo que seria verdadeiramente meta-físico O que Kant quer designar e o que o externalismo chama de aspecto da performance ou desempenho Nos podemos chamar este aspecto de aspecto *inteligível* do que acontece e assim nos aparece, ou do que nos e dado a observação Este ponto não deveria ser considerado estranho a filosofia de Kant No presente caso, o “ato puro” não é o que *aparece* no objeto ou no que acontece, ou seja, não e o que esta diretamente a disposição dos sentidos numa inspeção particular Isto está conforme as ideias de Kant, pois ele diz “denomino *inteligível* aquilo que num objeto dos sentidos não e ele mesmo aparência” (A538/B566) Kant com isso não quer dizer, no entanto, que o que e inteligível e algo que esta por tras ou é separado do que aparece, o que Kant deseja e chamar a atenção para o fato de que de um ponto de vista — o da perspectiva empirica a respeito dos movimentos físicos — movimentos estão todos numa mesma situação, mas que de um outro ponto de vista alguns movimentos não poderiam ser mais diferentes de outros E que alguns movimentos são *ações* para Kant

Kant nos seus comentários a solução da Terceira Antinomia faz uma observação para o efeito de que movimentos humanos, quando são considerados como performances ou desempenhos, são o resultado de uma causalidade inteligível que tem a sua base a liberdade transcendental. Neste sentido, motivos e razões são as causas inteligíveis originais dos acontecimentos do mundo que são ações (cf. A532-7/B560-5). Eu chamo a atenção para este ponto na filosofia de Kant a fim de mostrar que ele combina bem com o que o externalismo sustenta a respeito dos movimentos que nos ocupam agora: o aspecto da performance ou desempenho. Kant vê ações em geral como tendo razões, como sendo fundamentadas, como sendo ligadas a expressões como "tu deves". Por isso, ações são atribuídas ao "carater inteligível" do agente, o que requer que vejamos acontecimentos físicos contra um pano de fundo totalmente diferente, como imersos em circunstâncias específicas de pessoas fazendo coisas por razões. Dizer, portanto, que algo que acontece é uma ação não é nomear um ser ou entidade especial, ou designar uma espécie de propriedade realmente meta-física do que não passa de eventos ordinários, dizer que algo é uma ação e, ao contrário, considerar o acontecido como a performance ou desempenho de um agente.²³ E por isso que o externalista pode dizer que o *descrever* de um espaço é um "ato puro" e é isto que pode ser designado o *inteligível* no que vemos acontecer.²⁴

Portanto, Kant, ao exigir para o conhecimento objetivo uma síntese figurativa da imaginação, uma síntese transcendental, esta exigindo que haja uma ligação entre o entendimento e a sensibilidade, ligação esta que neste ponto da primeira *Crítica* é caracterizada de uma maneira muito genérica, mas que segundo o externalismo deve ao menos envolver o movimento do corpo humano quando este movimento é uma ação.

3. Os esquemas transcendentais

A investigação kantiana das condições de possibilidade da experiência objetiva dá um passo importante com a introdução do tópico dos esquemas transcendentais. Eles serão a “condição sensível, a única que permite o uso dos conceitos do entendimento” (A136/B175). Kant procurara, então, no capítulo do Esquematismo especificar como o entendimento deveria estar ligado à sensibilidade para que o conhecimento objetivo seja possível. A condição sensível da qual fala Kant é uma condição *para o uso de um conceito*. E o fato de que Kant fala desta condição como *sensível* indica que para ele nós devemos atentar para as propriedades do que nos é dado na sensibilidade, estas que correspondem, no entanto, ao que é pensado no conceito. É por isso que os esquemas são por vezes chamados de “condições da significação empírica” dos conceitos.²⁵

Do ponto de vista metodológico, metafilosófico, o esquematismo tem um papel muito importante na tentativa de Kant de mostrar que uma “metafísica da experiência” é possível, ou seja, que pode haver um conjunto de proposições sobre a experiência que são sintéticas e *a priori*, proposições nas quais são afirmadas coisas sobre o mundo de uma maneira necessária. É por isso que Kant escreve a Reinhold falando do princípio dos juízos sintéticos da razão teórica e diz que este começa a ser apresentado no esquematismo. Kant escreve

Este princípio é apresentado de uma maneira completamente não-ambígua em toda *Critica*, do capítulo sobre o esquematismo adiante, embora não numa fórmula específica. Ele é *todos juízos sintéticos do conhecimento teórico são possíveis somente através da relação de um dado conceito com uma intuição*. Se o juízo sintético é experiencial, a intuição

subjacente deve ser empírica, se se trata de um juízo *a priori*, a intuição deve ser pura²⁶

Portanto, os esquemas transcendentais são importantes para o empreendimento de Kant, na medida em que eles procurarão forjar a relação do conceito com a intuição²⁷ Eu argumentarei a favor da ideia de que os esquemas são para Kant, em geral, *intuições determinadas ou conceitualizadas* Os esquemas *puros* de Kant – um caso especial de esquemas – serão então “produtos transcendentais” que funcionam como regras porque são, conforme o externalismo, determinações de intuições puras que se utilizam necessariamente da maneira segundo a qual objetos nos são dados na experiência sensível Esquemas puros não são propriamente representações ostensivas, ou aquilo que aparece em definições ostensivas corriqueiras, mas são, não obstante, representações relacionadas necessariamente a ostensão Esquemas em geral são representações que podem ser *mostradas* a outros num contexto que é normativo, estas sim são representações ostensivas A preocupação com os esquemas é um passo seguinte natural na tentativa de justificar a posição externalista porque a determinação ou conceitualização da intuição é inseparável da síntese transcendental da imaginação Na *produção* dos esquemas ficara claro que eles dependem de uma *atividade*, um elemento que é chave para o externalismo e que procurei ressaltar na seção anterior Kant se preocupa com “esquemas transcendentais”, mas o que ele pretende com eles pode ser apresentado utilizando-se uma análise de esquemas que ele talvez chamasse de “intuitivos” Este deslocamento da atenção não é prejudicial a meu ver, pois desta forma poderemos entender o que podem ser, de uma forma geral, condições de possibilidade que são representações ligadas ao que é dado ostensivamente na experiência sensível

Kant fala que esquemas são uma “representação mediadora”, uma “terceira coisa” entre as categorias e as aparências, que por ser “homogênea” a ambas torna a aplicação das primeiras as segundas possível. Além disto, uma tal representação mediadora deve ser intelectual e sensível (cf A138/B177)

Para que a aplicação das categorias as aparências seja possível, Kant afirma, num outro esclarecimento do que é um esquema, que é necessária uma “determinação transcendental do tempo”. É isto que torna a “subsunção” das aparências as categorias possível (cf A139/B178) ²⁸

Kant fala também dos esquemas como “o procedimento universal da imaginação” quando se busca apresentar uma imagem para um conceito (cf A140/B179-80). Note-se o esquema não é a imagem. Alias Kant afirma que devemos distinguir entre esquema e imagem, e o exemplo de imagem que ele utiliza neste contexto é o de cinco pontos no espaço. Esta seria uma imagem do número cinco. Nada mais distante das “imagens mentais” que de acordo com o internalismo seriam unicamente os esquemas. Os esquemas são, segundo Kant, regras para a construção de imagens do tipo desta que Kant mesmo apresentou. Há a possibilidade, no entanto, de que esta caracterização do que são os esquemas valha somente para conceitos matemáticos. Pois Kant parece afirmar que não há imagens possíveis de conceitos puros, embora estes obviamente necessitem de esquemas. Quando Kant fala deste ponto, ele chama o esquema de “síntese pura”, que é determinada por uma regra de unidade de acordo com conceitos (cf A142/B181). É esta síntese pura que Kant chama de “produto transcendental da imaginação” (cf *loc cit*). Vale a pena lembrar aqui que Kant admite que os conceitos puros *a priori* podem ter uma *ilustração* naquilo que é dado na experiência (cf A94/B126). Mas, nos não podemos *exibir* numa intuição *a priori* qualquer objeto

que possa servir anteriormente a toda experiência como fundamento para a síntese contida no conceito *a priori* (cf A88/B120) Não obstante isto, estes conceitos se relacionam a *objetos* universalmente (cf *loc cit*) Relacionado com este ponto estão as observações de Kant sobre as “definições filosóficas”, que não são nunca nada mais do que “exposições de conceitos dados”, o que deve ser entendido como compreendendo um lidar com “princípios discursivos” (não “intuitivos”, cf A733/B761), que têm a ver com provas “conduzidas através da agência das palavras somente” (A735/B763)

Eu gostaria de apresentar nesta altura a maneira segundo a qual o externalismo entende o que Kant afirma sobre os esquemas transcendentais Eu apresentarei o exemplo e a análise de uma *atividade* que *ilustra* o porquê de Kant exigir uma síntese, o como dela se dar e, conseqüentemente, o que e uma síntese para Kant O exemplo a seguir não pretende ser um exemplo de “esquema transcendental”, mas pretende esclarecer a natureza dos esquemas de Kant pois o caso a ser apresentado contera os elementos cruciais das teses de Kant, o que justificara a interpretação externalista O exemplo e a análise que se seguem pretendem, portanto, esclarecer o ponto de Kant ao falar de um “ato puro”, que e relacionado ao “inteligível” e assim salienta a ação ou o aspecto da performance ou desempenho da síntese que e indispensável O externalismo entrara em cena na análise do caso, quando se explicara como ações publicas se relacionam com a experiência como suas condições, como atividades, que são técnicas desenvolvidas por nos seres humanos, estão a base de certos juízos de experiência, como elas condicionam a objetividade

Supõe que eu queira fazer um churrasco para um numero determinado de pessoas e que eu comprei uma costela gorda sem saber o seu peso Minha primeira tarefa seria

determinar quanto pesa meu pedaço de carne para saber quanto assar Para este fim eu poderia usar uma balança Supõe que a balança seja de pesos e que estes sejam de quilos e suas frações Ou seja, a balança tem um eixo, um pé, sobre o qual se apoiam dois pratos, num se coloca o que queremos pesar e no outro os pesos, de forma que sabermos quanto pesa o que queremos pesar quando (1) os pratos da balança estiverem equilibrados, o que é indicado por um ponteiro que para tanto deve estar na direção do eixo ou pé da balança, e (2) averiguarmos quanto peso colocamos no prato dos pesos Esta pesagem é bem primitiva por certo, mas poderíamos imaginar pesagens mais simples ainda um sujeito segura numa mão o que queremos pesar e na outra os pesos e emite um juízo sobre quanto pesa a minha costela gorda²⁹

O que é notável neste exemplo e que somente coisas materiais estiveram envolvidas no processo de medição (No caso extremo, so pesos e o que queremos pesar, até a balança foi dispensada) Mas, os objetos materiais do meu exemplo não estão envolvidos na atividade de pesar de um mesmo modo, eles não têm nesta atividade o mesmo papel Um é *pesado*, e disto poderíamos dizer que é um envolvimento “passivo” Os outros objetos materiais são *usados* como *padrões* de peso Se pensarmos com Kant que o que chamamos de “experiência” pode ser posto em juízos empíricos (cf B147 e B166), então neste caso temos um juízo empírico sobre quanto pesa a minha costela gorda que é a determinação da propriedade de um objeto material, determinação esta que é alcançada através de um procedimento no qual se usam outros objetos materiais O que desejo ressaltar aqui é que um conjunto de objetos materiais — os pesos — são de fato *usados* com um certo objetivo determinar as propriedades de outros objetos

Este exemplo deixa claro aos meus olhos como uma determinação empírica de peso — que para todos os efeitos e objetiva — é dependente de procedimentos que envolvem ações públicas nas quais comparamos um objeto a ser pesado com padrões materiais de peso. Eu já voltarei a este ponto sobre estes “padrões materiais” para ver o que eles podem ser para Kant. Antes eu gostaria de esclarecer algumas outras coisas.

O aspecto “inteligível” neste caso de pesagem aparece no tomar de um objeto material como um meio de determinar as propriedades específicas de outro objeto material, ou seja, no tomar de um objeto material como um padrão através do qual se julgara o peso de outros objetos de acordo com regras. O que há de “inteligível” nesta atividade de pesagem é ressaltado pela observação de que nenhum objeto material tem esta relação com outros objetos — de ser um meio para a determinação objetiva de propriedades de acordo com regras — como uma propriedade intrínseca. Objetos materiais desempenham este papel somente *ao serem usados por nós desta maneira* (cf. A242–3/B197, onde Kant fala de regras nos *necessitando* a ligar representações).

Para o externalismo, e por comparação com o tipo de exemplo acima que podemos entender melhor o que Kant pretende com a noção de “movimento como uma descrição de um espaço”. Vejamos o que pode ser um tal movimento quando se trata da descrição de um espaço. Peguemos um exemplo de Kant e notemos particularmente o que ele chama de “intuição empírica”.

A figura singular [o triângulo construído] que desenhei é empírica, e contudo serve para expressar o conceito, sem prejudicar a sua universalidade. Pois nesta intuição empírica considera-se apenas o ato de construção do conceito, e abstraímos de várias determinações, por exemplo, a magni-

tude dos lados e dos ângulos, que são completamente indiferentes ao não alterarem o conceito de triângulo

() O conhecimento matematico considera o universal no particular e mesmo no singular, e não obstante *a priori* e por meio da razão Isto ocorre de forma tal que, assim como este singular esta determinado por certas condições universais de construção, assim tambem o objeto do conceito, ao qual este singular corresponde somente como o seu esquema, deve ser pensado como universalmente determinado (A713-4/B741-2)

A ultima sentença do texto citado indica claramente como Kant vê a *construção*, neste caso de uma figura geométrica, no seu papel de determinação do objeto de um conceito ela e um *esquema* intermediário entre o conceito e o seu objeto Este caso e o mesmo da pesagem da minha costela gorda Agora trata-se do desenho de um triângulo — uma intuição empirica — feito por mim, por minha mão, sobre um pedaço de papel talvez, que serve para julgar por comparação direta que a face de um chocolate Toblerone, por exemplo, tomado numa direção determinada, tem a forma triangular³⁰ O interesse destes casos esta na determinação que o conceito opera atraves do uso do esquema o objeto do conceito e “universalmente determinado” (cf A146/B185, onde Kant fala dos esquemas como o que estabelece a relação com objetos e assim da significado aos conceitos) No exemplo do triângulo, saberemos o que é ou tem a forma triangular, e so sera um triângulo ou tera uma tal forma o que estiver de acordo com o esquema construido “De acordo” ao compararmos olhando e não de outra maneira, o que consistiria um misterio

O externalismo extrai, então, a seguinte moral das considerações acima A “experiência” — os juizos empiricos em geral que expressam a experiência — e condicionada por um conjunto de “tecnicas adquiridas de comportamento”³¹ Es-

tas técnicas funcionam então em relação a experiência como um conjunto de condições *a priori*. Elas são a base para uma atividade governada por regras, como a pesagem por exemplo. Em geral elas são as condições da objetividade da experiência. É claro que, em alguns casos, as técnicas envolvem o uso de objetos materiais como padrões. Isto acontece não só nos casos de medições de comprimento, pesagens e atividades deste gênero, mas também em casos nos quais nós não usamos os padrões em todas as ocasiões ou mesmo muito raramente os usamos, como nos casos da atribuição de formas geométricas e cores a objetos.³² O ponto fundamental é, no entanto, que estes casos só são possíveis porque se houver necessidade nós podemos apelar aos padrões. Mas nem todas as técnicas que os seres humanos dominam requerem, como já sugeri, o uso de objetos materiais como padrões. Muitos usos da linguagem parecem prescindir deste tipo de padrão material (mas mesmo estes usos linguísticos envolvem, no final das contas, o que devemos tomar como um padrão — deve-se *dizer o mesmo*, e isto é fazer algo público e observável, que pode ser imitado caso estejamos num contexto normativo de aprendizagem). Usar certos termos da linguagem certamente requer, de uma maneira absolutamente fundamental, a explicação do que estes termos significam por apelo a maneira como as coisas são no mundo. E também a estas maneiras das coisas serem, quando por meio delas nós podemos explicar o que um conceito significa, que Kant chama esquemas, como, por exemplo, a permanência do real no tempo, que é o esquema para o conceito de substância (cf. A143/B183).

Este é o momento adequado para apresentar como o externalismo concebe o sintético *a priori*. Para isto eu volto ao caso da pesagem. Imaginemos um peso de ferro com forma de tonelzinho e com a inscrição “1 Kg” na sua lateral. Demos a este peso um nome “o peso do Vô Arnildo”

Note-se, para começar, que o peso em questão funciona num caso de pesagem como o exemplificado mais acima como um “esquema” Conforme as observações já apresentadas, este peso não seria um esquema de uma categoria, mas certamente do conceito de peso Este peso pode ser tomado desta maneira porque ele e *uma intuição que e determinada ou conceitualizada*, um produto de nossa imaginação que e usado como regra na medida em que e uma representação ostensiva O peso e algo que pode ser mostrado e e atraves dele — portanto ele e uma “representação mediadora”, uma “terceira coisa” entre conceitos e os objetos dos mesmos — que podemos julgar os objetos quanto as suas propriedades Contra este pano de fundo, a sentença “o peso do Vô Arnildo’ e de 1 Kg” expressa um juizo sintetico *a priori* O juízo fala de algo que pertence a experiência, mas atribui a ele uma propriedade de forma necessaria De um objeto fisico se diz que ele tem 1 Kg necessariamente Ora, isto não e uma identificação de uma necessidade *de re*, mas, ao contrário, o enunciado de uma regra que nos expressamos utilizando-nos de um objeto como um padrão para julgar as propriedades de outros Este ponto esta em conformidade com o que Kant afirma das intuições quando reconhece no prefacio A a *Critica* que seria desejavel a “clareza intuitiva (estetica) atraves de intuições, ou seja, atraves de exemplo e outras ilustrações concretas” (Axviii)

Este ponto captura, segundo o externalismo, o que e essencial na concepção de Kant dos juizos sintetico *a priori* Como ja deve ter ficado claro, nem todos os juizos deste tipo utilizam-se na sua expressão de objetos fisicos como exemplares ou padrões, mas todos este juizos expressam regras para o julgamento de objetos e de suas propriedades, *pate* Kant e a sua distinção entre os juizos sintetico da metafisica e os da matematica

Um outro tema relacionado aos esquemas de Kant e o da determinação transcendental do tempo. O externalismo concebe esta determinação como requerendo necessariamente algo *externo*, embora não algo que funcione como padrão ou exemplar da maneira que um objeto físico funciona como um peso numa pesagem, mas como algo que pertence a intuição externa e desempenha o papel de condição de possibilidade do uso de um conceito. Neste caso, do conceito de tempo. O aspecto fundamental para o externalismo nesta determinação transcendental do tempo em Kant e este da determinação *transcendental* ser alcançada através da atenção dada a propriedades de coisas que estão no espaço, portanto, que são *exteriores* ao sujeito do conhecimento. Este ponto não deveria parecer estranho para quem estuda Kant, pois ele fala explicitamente da importância em geral da intuição externa no empreendimento de tentar entender a existência de nós mesmos em estado sucessivos, isto é, como sujeitos de estados internos (cf B292-3). Mas, esclareçamos este ponto melhor.

Embora a relação entre o tempo, a forma do sentido interno, e o espaço, a forma do sentido externo, seja de interesse para muitas teses específicas de Kant, como estas que ele avança na Refutação do Idealismo, ela aparece de uma maneira central no capítulo do Esquematismo quando Kant fala da "determinação transcendental do tempo" (cf A138/B177). O que Kant entende que seja tal determinação?

Se mantivermos em mente que o tempo é uma intuição, claro que pura, o problema pode ser formulado da seguinte maneira: o que é determinar uma tal intuição? Aqui se pode ver claramente que o problema é estruturalmente similar ao problema de determinar uma intuição que possa servir como padrão, como exemplar, para julgar por seu intermédio as propriedades dos objetos. Neste último caso, trata-se

como ja foi apresentado de “sintetizar” ou “conceitualizar” uma intuição de uma forma tal que ela possa representar ou estar relacionada a objetos, como foi o caso do peso de 1 Kg. Pois bem, quanto a determinação conceitual do tempo, o que se deseja é similarmente, nas palavras de Allison, “uma conceitualização do tempo de acordo com um conceito *a priori*, que refira o tempo a um objeto ou que o objetivique, enquanto que ao mesmo tempo confira realidade objetiva ao conceito envolvido”³³ Bem, objetivizar o tempo e representar uma ordem temporal como objetiva ou como uma ordem que é intersubjetivamente valida. Ou seja, e oferecer um *padrão*. Como resultado de uma síntese transcendental, a determinação do tempo irá ter como produto uma ordem temporal que tenha propriedades universais e necessarias, isto é, *a priori*, e assim ela poderá funcionar como meio para julgar ordens temporais em geral.³⁴ Mas o que me interessa aqui é como isto é feito, como a determinação transcendental é alcançada. Vejamos.

No argumento que Kant apresenta na Primeira Analogia, este que impõe a experiência o princípio da permanência da substância, Kant é explícito: o tempo não pode ele mesmo ser percebido (cf. A182/B225). Isto quer dizer que o tempo não é um objeto a ser percebido. Consequentemente, a determinação transcendental do tempo pode ser a determinação *do tempo*, mas não do objeto tempo (*horribile dictum*). Eu concordo com Paton e Allison quando estes afirmam, então, que uma tal determinação é antes uma determinação que aponta para características de *objetos que estão no tempo* na medida em que estes refletem ou se baseiam em regras *a priori*. Ou seja, a determinação transcendental do tempo é a caracterização daquilo que nas coisas temporais é universal e necessário e assim permite que se represente o tempo de uma maneira objetiva.³⁵ Quais podem ser estas características?

No Esquematismo o esquema da substância é afirmado ser “a permanência do real no tempo” (A143/B183), pois é só assim que teremos algo que perdure enquanto o resto muda, ou seja, substância. Mas também só teremos a ideia de que algo muda se alguma coisa outra permanece. Kant lembra que a ideia do transitório é daquilo que se acaba *no tempo* e não daquilo que se acaba como se fosse o próprio tempo (cf *loc cit*). Assim sendo, ao tempo, ao passar do tempo, precisa estar relacionado o que é permanente. E só assim que teremos a determinação objetiva da passagem do tempo, isto é, se tivermos o que permanece (“É somente em relação a substância que a sucessão e a coexistência de aparências podem ser determinadas no tempo”, A143/B183). Disto se segue que “a presença de algo permanente é uma característica necessária de qualquer mundo que pode ser experienciado como temporal”³⁶. É isto que eu penso que Kant quer dizer quando afirma que “todas as aparências contêm o permanente (substância) como o objeto ele mesmo, e o transitório como sua mera determinação, ou seja, como uma maneira segundo a qual o objeto existe” (A182). Ora, e aqui não devemos esquecer que substância, como algo permanente, pertence para Kant unicamente aos objetos do sentido externo. A substância é essencialmente espacial para Kant³⁷. Portanto, é correto observar com Allison que o permanente é uma propriedade das *coisas* no tempo e não do tempo como objeto ele mesmo (*pace* as observações de Kant em A143/B183 sobre o tempo ser imutável e permanente), que pode ser considerada uma determinação *transcendental* do tempo³⁸.

4. Conclusão

A moral que o externalismo extrai das teses de Kant sobre (1) a necessidade de uma síntese figurativa da imaginação,

esta que requer um movimento como ação do sujeito, e sobre (2) a necessidade de que a ligação mais específica do entendimento com a sensibilidade seja através de esquemas (nem todos envolvendo o uso de objetos materiais como padrões), e que são ações do sujeito que Kant pretende designar com sua noção de síntese do múltiplo como resultado da imaginação produtiva, síntese esta que é requerida para que haja uma consciência unificada em qualquer conceito Bem, e esta ideia de ações do sujeito indica que o sujeito do conhecimento deve ser concebido, então, como um agente corporal que exercita sua capacidade de desempenhar ações públicas (que envolvem o movimento do seu corpo) das quais ele é consciente como sendo suas ou das quais ele é consciente como sendo o seu sujeito. Esta concepção externalista do sujeito afirma que Kant está preocupado com outras condições do conhecimento objetivo, e não com o funcionamento de uma mente concebida ou empiricamente ou concebida de uma maneira transcendente.

O quadro que o externalismo oferece para a interpretação de Kant tentou esclarecer aspectos difíceis e obscuros da filosofia crítica. O que significa falar de proposições sintéticas *a priori*? Por que Kant insiste tanto na necessidade da participação da sensibilidade na experiência? Mas outros mais poderiam receber uma interpretação externalista. Como devemos entender a idealidade do espaço e do tempo? Por que alguém que não entende esta idealidade espousa inevitavelmente um realismo transcendental que tem como cara-metade o idealismo empírico? Por que Kant insiste em não ser nem racionalista nem empirista, por que ele insiste em ser crítico e afirmar que conceitos e intuições exigem um ao outro, que conceitos devem se tornar sensíveis e intuições inteligíveis e que entendimento e sensibilidade não podem trocar de funções um com o outro (cf. A51/B75)? Além disso, como deve ser entendido o princípio crítico de

significação, este que com certeza não é empirista? O externalismo também nos parece promissor a respeito do que é a “apercepção transcendental” e de como ela funciona como o princípio supremo quando se busca mostrar como o entendimento concorda necessariamente com as aparências. Entretanto, estes tópicos não podem ser abordados aqui. Eles aparecem somente para indicar um projeto. É claro que contra a interpretação externalista existem muitos textos e concepções que Kant mesmo parece apresentar (cf A86/B118, sobre impressões como estímulos para a experiência passar a existir, A99, sobre a síntese como uma espécie de produção mental de um item representacional). Estes também não poderão ser tratados aqui. O que apresentei é suficiente, no entanto, para mostrar a força da interpretação externalista em relação a duas noções fundamentais e inter-relacionadas da metafísica da experiência de Kant.

Referências

- Allison, H. 1983 *Kant's Transcendental Idealism*. London: Yale University Press.
- 1990 *Kant's Theory of Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1996 *Idealism and Freedom*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Buchdahl, G. 1969 *Metaphysics and the Philosophy of Science*. Oxford: Blackwell.
- Cassam, Q. (org.) 1994 *Self-Knowledge*. Oxford: Oxford University Press.
- Dancy, J. & Sosa, E. (orgs.) 1993 *A Companion to Epistemology*. Oxford: Blackwell.
- Davidson, D. 1989 “The Myth of the Subjective.” In Krausz, M. (org.) *Relativism*. Indiana: University of Notre Dame Press. 159–72.

- Glock, H-J 1996 *A Wittgenstein Dictionary* Oxford Blackwell
- Kant, I 1980 *Critica da Razão Pura* (trad de Valerio Rohden e Udo Moosburger) São Paulo Abril Cultural
- 1993 *Kritik der Reinen Vernunft* Raymund Schmidt (org) Hamburg Felix Meiner Verlag
- 1973 *On a Discovery According to which Any New Critique of Pure Reason has been made Superfluous by an Earlier One* In Allison, H (tr) *The Kant-Eberhard Controversy* Baltimore The Johns Hopkins University Press
- 1989 "On Inner Sense" [The Loose-Leaf of Leningrad 1] *Philosophical Quarterly*, XXIX (3) 252-61, H Robinson (tr)
- 1985 *Metaphysical Foundations of Natural Science* In *Philosophy of Material Nature* James W Ellington (tr) Indianapolis Hackett Publishing Company
- Kitcher, Patricia 1990 *Kant's Transcendental Psychology* Oxford Oxford University Press
- Martins, E de Rezende 1983 "Esquema e Imagem" *CADERNOS de Historia e Filosofia da Ciência* 5 29-37
- Paton, H J 1961 *Kant's Metaphysic of Experience* (Volume II) Londres George Allen & Unwin
- Saugstad, J 1992 "Kant on Action and Knowledge" *Kant-Studien*, Heft 3 270-84
- Scott, Michael 1995 "Time and Change" *The Philosophical Quarterly*, 45(179) 213-18
- Torretti, Roberto 1980 *Kant* (2ª edição) Buenos Aires Editorial Charcas
- Westphal, K 1995 "Kant's Critique of Determinism in Empirical Psychology" *Proceedings of the Eighth International Kant Congress*, Memphis, Vol II Milwaukee Marquette University Press
- Williams, B 1978 *Descartes, The Project of Pure Enquiry* Nova Jersey Humanities Press

Wittgenstein, L 1963 *Philosophical Investigations* E Anscombe (tr) Oxford Blackwell

Keywords:

Transcendental, category, principle

Andre Klaudat
Departamento de Filosofia
UFRGS
Porto Alegre, RS

Notas

¹ Eu gostaria de agradecer as observações da audiência na minha comunicação no IV Encontro de Filosofia Analítica, que aconteceu na UFSC em Florianópolis de 6 a 9 de outubro de 1997 Também sou grato as observações e sugestões de um *referee* de *Principia*, que me permitiram aprimorar meu artigo

² Não só com o seu livro *Kant's Transcendental Idealism* (1983, Yale AA, Londres)

³ *Op cit*, p 7 As citações que seguem são das páginas 6 e 7 desta obra Todas as traduções para o português são minhas, com exceção por vezes da *Crítica da Razão Pura*

⁴ *Op cit*, p 9 Cf também p 29 e p 113

⁵ Cf *op cit* p 27

⁶ Cf *op cit* p 25

⁷ Um outro exemplo de posição internalista sobre Kant é Patricia Kitcher (cf *Kant's Transcendental Psychology*, pp 61–90) A síntese de Kant e apresentada por Kitcher como um processo psicológico de cunho funcionalista do qual nos somos inconscientes Para fazer justiça a Allison, no entanto, devo reconhecer que ele se aproxima muito do que vira a ser apresentado como externalismo quando ele explica teses específicas de Kant Nos veremos o caso da determinação transcendental do tempo na seção 3 Cf também Gerd Buchdahl, *Metaphysics and the Philosophy of Science*, p

576 Mas no que toca às referências de Allison a mente no contexto da discussão sobre a natureza do idealismo transcendental, a sua posição não mudou em textos mais recentes (cf *Idealism and Freedom*, pp 5–7, 9)

⁸ *Philosophical Investigations*, II, p 218 Cf Glock, *A Wittgenstein Dictionary*, pp 179–84, para o ponto sobre o que é requerido para a determinação de atitudes intencionais

⁹ Cf *Kant*, p 180

¹⁰ Para a explicação do que é uma “reconstrução racional” cf Bernard Williams, *Descartes The Project of Pure Enquiry*, pp 9–11

¹¹ “Kant on Action and Knowledge” (*Kant-Studien*, 4, 1992) Este artigo fornece os contornos principais do externalismo em relação a Kant, mas além disto oferece também argumentos topicos a favor desta posição Eu me apoio em Saugstad e farei referência a suas análises na seqüência

¹² *Op cit* p 381

¹³ Quassim Cassam, *Self-Knowledge*, p 16

¹⁴ Donald Davidson, “The Myth of the Subjective”, p 164 Davidson se expressa da seguinte maneira “a word one has been conditioned to be caused to hold applicable ” (*sic*)

¹⁵ Cf sobre este debate os verbetes “*Externalism/Internalism*” de Laurence Bonjour in *A Companion to Epistemology* (editado por Dancy e Sosa), pp 132–6

¹⁶ Adaptei aqui a tradução de Valério Rohden e Udo Moosburger da primeira *Critica* Utilizo a edição alemã da Felix Meiner Consulto também as traduções de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão para a Fundação Calouste Gulbenkian e de Norman Kemp Smith para a Macmillan Como de costume A e B indicam as edições de 1781 e 1787 respectivamente

¹⁷ Cf Kant, “On Inner Sense” “Nos so podemos representar o tempo para nos mesmos ao afetarmos a nos mesmos *descrevendo o espaço* e compreendendo o multiplo de suas representações” (Folha I, linhas 4–5, minha ênfase)

¹⁸ A consequência final disto é que a psicologia não pode ser uma ciência para Kant Não ha como basea-la em principios racionais

Ela pode ser no máximo uma doutrina da história natural do sentido interno, pois nesta doutrina empirica da alma “o multiplo da observação esta separado somente pelo pensamento” (*Fundamentos Metafisicos das Ciencias Naturais*, p 471 da edição da academia) Na verdade, não ha como Kant identificar uma sucessão governada por regras que diga respeito exclusivamente a estados psicologicos Para a identificação de uma tal sucessão requer-se a identificação de sustancias, mas não ha como identifica-las no dominio psicológico, e o que mostram os Paralogismos (cf sobre isto Kenneth Westphal “Kant’s Critique of Determinism in Empirical Psychology”) O ponto geral e que qualquer ordem subjetiva de apreensão que pretendamos que seja determinada precisa ser derivada de uma ordem objetiva dos eventos (cf A193–5/B238–40)

¹⁹ Kaulbach e citado por Saugstad, *op cit* p 386 Quando Allison apela para o eu filosofico ou metafisico do primeiro Wittgenstein para explicar Kant, ele parece proximo de Kaulbach ao localiza-lo fora deste mundo, cf *op cit* pp 290–3

²⁰ Cf Estevão de Rezende Martins (“Esquema e Imagem”) para uma posição similar a de Kaulbach Martins e, num primeiro momento, ambíguo sua posição oscila entre (1) um “‘movimento’ de produzir a escrita”, “‘escrever’” (NB termos-chave postos por ele entre aspas), e (2) um “‘movimento de traçar sinais” (algo que ocorre no tempo e no espaço) (cf p 30) Mas na continuação ele se define e fala então de um “‘construtor puro’ em atividade, que traça as figuras em um movimento originario de sua ‘mão” (*loc cit*) Mas o que e esta *mão* entre aspas, de um “construtor puro”? Noutra passagem, Martins toma explicitamente o partido de Kaulbach e fala da “‘mão transcendental’ da razão” (p 32) Estas qualificações são para mim o *obscurius* do qual Kant pode certamente prescindir Martins e obscuro tambem quando procura explicar o que o movimento a que Kant alude neste contexto significa para ele “a categoria se põe em movimento” (cf p 34) Ora, Martins so podera então falar desta “movimentação” colocando o termo entre aspas, indicando assim algo fora do tempo e do espaço “Ela [a movimentação da categoria] e movimento

construtivo do eu puro e não deve ser entendida como acontecendo no espaço” (*loc cit*)

²¹ Saugstad, *op cit* p 384 A análise que se segue deve-se fundamentalmente a Saugstad, *op cit* pp 385-7

²² Saugstad, *op cit* p 386

²³ Cf Allison, *Kant's Theory of Freedom*, Parte I, para uma interpretação da visão de Kant sobre a ação

²⁴ Deveria estar claro que eu não estou preocupado aqui com como Kant distingue em geral movimentos que são ações de outros movimentos, embora alguma coisa tenha sido dita sobre isto. O ponto aqui é que a distinção é feita e que disto podemos derivar algumas coisas. Embora o argumento aqui seja independente de uma consideração mais ampla da natureza da posição filosófica de Kant — o Idealismo Transcendental —, o externalismo certamente ganha força da interpretação dos “dois aspectos” da posição de Kant, esta advogada entre outros por Allison. Uma interpretação que prevê que os aspectos em questão não sejam diferentes propriedades de um mesmo objeto (a compreensão dos dois “aspectos” *via* adjetivos), mas sejam ao invés maneiras de refletir sobre um mesmo objeto em abstração das condições da sensibilidade e do entendimento e levando-as em consideração (a compreensão adverbial dos dois “aspectos”)

²⁵ Cf Allison, *Kant's Transcendental Idealism*, p 174

²⁶ Carta de 12 de março de 1789 (*in* Allison, *The Kant-Eberhard Controversy*, p 164)

²⁷ Cf Allison, *The Kant-Eberhard Controversy*, pp 57-9, para o ponto sobre o “problema crítico” de como proposições sintéticas *a priori* são possíveis ser equivalente ao problema de como conceitos puros do entendimento se relacionam a objetos, cuja primeira formulação aparece já na carta de Kant a Marcus Herz em 21 de fevereiro de 1772

²⁸ Cf Allison, *Kant's Transcendental Idealism* pp 176-9, para uma interessante discussão sobre o que Kant pretende ao falar de “subsunção” neste contexto. Eu julgo particularmente esclarecedora a observação de Allison de que se trata do problema de como *aplicar* um conceito a um objeto, e que isto exige a *subsun-*

ção de um caso a *condição da regra* (a semelhança do que acontece num silogismo com o termo medio) Portanto, ha a necessidade de que no caso das categorias algo funcione analogamente a condição da regra, de forma que as aparências sejam subsumidas a conceitos O importante a este respeito é que os esquemas, ao funcionarem como tais condições, funcionam como regras complementares, e assim as relações forjadas através deles são lógicas, de razões para inferir tal e qual Não se trata de um mecanismo mental que subsume a um conceito, a uma classe, um particular, como se isto estivesse pre-determinado e se tratasse somente de ver como acontece, a maneira dos empiristas

²⁹ Kant fala da *medição* em geral como a atividade através da qual nos “construimos” a totalidade de um todo, isto quer dizer, ela e a atividade que promove a “síntese sucessiva” das partes de um todo de forma a sabermos, determinarmos, o seu quantum (cf B456n) *Medição*, portanto, e uma síntese No meu exemplo, trata se da medição de peso Saugstad (*op cit*, p 388) utiliza-se de um exemplo de medição de comprimentos

³⁰ Este e o caso do exemplo de Kant do que e *pensado* [N B] no conceito empirico de prato e o que e *intuído* no conceito geometrico de circulo que deve ser construído (cf A137/B176, Rohden e Moosburger não seguem a “correção” que Vaihinger fez ao texto de Kant, adotada por muitos tradutores como por exemplo Kemp Smith esta que consiste em inverter o que e pensado e o que e intuído no conceito empirico e no conceito geometrico) Este ponto não e de pouca importância

³¹ Cf Saugstad, *op cit* p 389 O ponto externalista sobre estas tecnicas serem *adquiridas* parece fazer justiça à tese de Kant de que nem as categorias nem o espaço e o tempo são inatos, eles todos são *adquiridos originalmente* (ver o que Kant diz sobre a “epigenese” da razão pura, B167, e o que Kant diz explicitamente sobre o assunto em *On a Discovery*, p 135 (p 221 da edição da academia) Cf tambem *op cit* p 136 (pp 222–3))

³² E o que eu acredito que acontece na nota a (B133–4)

³³ *Kant's Transcendental Idealism*, p 183

³⁴ Cf *op cit*, p 185

³⁵ Cf Allison, *op cit* , p 183 e Paton, *Kant's Methaphysics of Experience*, Vol II, p 29

³⁶ Allison, *loc cit*

³⁷ Cf Paton, *op cit* , pp 184–91, e Westphal, *op cit passim*

³⁸ Cf Allison, *op cit* , p 183 Para uma exposição do que Wittgenstein pensava ser a gramática do tempo, que segue linhas compatíveis com o que expus acima a respeito de Kant, cf Michael Scott, "Time and Change" (*Philosophical Quarterly*, 45(179), Abril/1995)